

Historiografia marxista na pós-graduação de História da Universidade Federal Fluminense nos anos 1970

Wesley Rodrigues de Carvalho¹

Introdução

O curso de Mestrado em História da Universidade Federal Fluminense foi o segundo a ser criado no Brasil após a Reforma Universitária iniciada em 1968. Parte de uma enorme expansão dos cursos de pós-graduação, ele teve suas aulas iniciadas no final de 1971, e suas primeiras dissertações defendidas em 1974. A pesquisa cujo resultado ora apresentamos se debruçou sobre a produção historiográfica das três primeiras turmas do mestrado, que defenderam, até 1979, 51 trabalhos.

Uma devida análise da história do marxismo na historiografia acadêmica deve considerar o contexto político de ditadura empresarial-militar que marcou o desenvolvimento universitário brasileiro. Entretanto, nos limites deste artigo, nossa atenção estará não sobre os aspectos contextuais, mas textuais da história do marxismo acadêmico. Cabe sinalizar neste parágrafo, de toda forma, três elementos determinantes para a história da historiografia que aqui abordamos: o alto grau coercitivo do Estado sobre a comunidade de historiadores (incluindo o sequestro e a tortura dos autores do *Nova História do Brasil*)²; a heteronomia pedagógica e burocrática da organização do ensino superior, que incidiu sobre a dinâmica de contratação de professores e a definição de objetivos da pós-graduação de forma centralizada, em que destacamos a formação de pessoal para a docência de ensino superior (em prejuízo de outros projetos)³; a influência docente sobre as dissertações dos estudantes, ou seja, os recortes, temas e perspectivas valorizados pelos professores em suas pesquisas e aulas eram, em grande medida, repetidos nos trabalhos discentes.

Que marxismo surgiu na nascente pós-graduação em História da UFF? Muitos estudos apontam que os Annales e o marxismo seriam as principais tendências desenvolvidas na historiografia brasileira desde os anos 1960 ou 1970, em contraponto ao que seria uma História tradicional factualista e essencialmente voltada para o político. As duas perspectivas inovadoras estariam presentes nas dissertações e teses de História da USP⁴. Na UFF, há em algumas dissertações características pelas quais ficou conhecida a historiografia dos Annales, como o diálogo com outras

¹ Doutor em História pela UFF.

² LOURENÇO, Eliane. “História Nova do Brasil: revisitando uma obra polêmica” In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, nº 56, p. 385-406 – 2008. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da História Nova*. Petrópolis: Vozes, 1986.

³ LEHER, Roberto. “Ditadura de 1964: uma universidade para o capitalismo dependente.” In: IASI, Mauro & COUTINHO, Eduardo Granja. (orgs.) *Ecos do golpe*. A persistência da ditadura 50 anos depois. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

⁴ CAPELATO, Maria Helena Rolim; GLEZER, Raquel; FERLINI, Vera Lucia Amaral. “A escola uspiana de História.” In: *Produção histórica no Brasil 1985-1994*. Catálogo de dissertações e teses dos programas de cursos de pós-graduação em História. São Paulo: Xamã, 1995.

ciências sociais e a discussão sobre estrutura e acontecimento. Não foi, entretanto, a bibliografia francesa que deu o tom dessas discussões, e nem foram tais características numerosas considerando o conjunto dos trabalhos. Foi com referências marxistas que uma parte dos mestrandos da UFF pensou a história com recursos conceituais e para além do factualismo e de enfoques individualistas. Apontaremos a seguir que, apesar dessas referências terem uma presença quantitativa significativa, elas não foram acompanhadas, com exceções, de uma discussão teórica e metodológica de maior profundidade.

Um dos primeiros problemas que se coloca é o da definição de marxismo, em que se poderia enfatizar elementos diversos: estaria o marxismo caracterizado centralmente por alguma noção de luta de classes ou fundamentalmente pelo método histórico e dialético? O problema não se encerra nesta pergunta e pode se vislumbrar uma outra dificuldade quando lembramos de profundas divergências entre aqueles que se referenciam em Marx. Para citar algo que envolve dois dos mais influentes marxistas do século XX, temos o trabalho de E. P. Thompson contra Louis Althusser⁵ em que o inglês faz uma crítica radical que chega a pôr em xeque a própria identificação do filósofo francês como um materialista histórico (além de indicar que sua teoria era politicamente conservadora). A definição de marxismo também passa por disputas de capital simbólico do campo acadêmico, como o vemos em episódio na USP analisado por Lidiane Rodrigues: na introdução de sua tese defendida em 1961, Fernando Henrique Cardoso “afronta” Florestan Fernandes, de quem fora pupilo, por não o considerar marxista, mas um “funcionalista”, assim reservando ao “seminário” (grupo de estudo de “O Capital”, do qual fez parte entre 1958 e 1964) a autoridade da definição sobre marxismo⁶.

Entretanto, nós podemos contornar estes problemas em grande parte. Para os fins do nosso trabalho, nos é suficiente localizar em nossas fontes a presença de conceitos e autores identificados tradicionalmente como marxistas, independentemente de que juízos se possa fazer sobre eles e das diferenças teóricas dentro dos que se entendem ou são entendidos como marxistas. Assim, qualquer menção a, por exemplo, “modo de produção” seria registrada por nós como marxista, bem como alguma citação de, digamos, Mao Tse Tung. Em adição a isso, estaremos atentos também às dissertações que envolvem uma noção de dominação, exploração, resistência e luta classistas, ainda que não trabalhem com o termo “luta de classes” de forma explícita, ou não envolvam conceitos ou autores identificados com o marxismo. Aqui assumimos que a utilização de algum conceito marxista não necessariamente faz a análise ser marcada por alguma ideia de conflito social, assim como uma análise que supõe conflito não necessariamente se apoia em leitura dialética ou materialista.

⁵ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Edição de Cap. Swing e os Ludistas Sensuais, 2009 (copyleft).

⁶ RODRIGUES, Lidiane Soares. “Leitores e leituras acadêmicas de Karl Marx (São Paulo, 1958-1964)” IN: *Intelligere. Revista de História Intelectual*. São Paulo, v.2, n.1.2016. Relevante também é que, segundo a autora, uma das marcas do “marxismo universitário” desenvolvido no “seminário” seria o fechamento a membros politizados e ativistas partidários, mantendo uma feição “*scholar*”, profissional, com foco no desenvolvimento da carreira de seus integrantes.

Temas marxistas nas dissertações

Assim, nossa leitura identificou 3 principais temas marxistas (ou próximos ao marxismo) na escrita discente: a) classe social e luta de classes b) ideias e classes sociais c) modos de produção. Segue um panorama dos trabalhos com evidente brevidade.

a) classe social e luta de classes

Aqui agrupamos a maior parte das dissertações que classificamos como marxistas.

“O problema indigenista peruano na primeira metade do século XX”⁷, de Marilena Barbosa; “O índio na literatura peruana: José Maria Arguedas”⁸, de Stela Damiani; “Sociedade e educação na Bolívia Liberal (1899-1920)”⁹, de Ledonias Garcia; e “O problema indígena na Argentina na segunda metade do século XIX”¹⁰ de Ulianov Pedrosa, são trabalhos que nos contam sobre a opressão, a exclusão e a resistência dos povos indígenas em países da América Latina, revelando temas como a questão da posse da terra, reivindicações coletivas, sublevações, massacres e educação. “Argentina: economia e sociedade (1890/1922)”¹¹, de Adilson Pinto Monteiro mostra condições de trabalhadores, suas associações e ideias políticas e alguns episódios de sua luta. “A evolução política no Chile: seu significado (1879-1925)”¹², de Nair Klinger Kortchmar, anota a existência de greves, reivindicações e legislação social, mas com pouca densidade, se dedicando mais a indicar uma maior expressão da classe média no Estado em detrimento do tradicional domínio oligárquico.

Entendemos que o principal significado historiográfico dessas dissertações é o de valorizar o tema da opressão classista, do conflito social e da luta coletiva. O momento em que foram formuladas é um em que a “História do trabalho” não era um campo forte, principalmente se contarmos os historiadores. Em relação à história da classe operária, depois de ser marcada por “sínteses sociológicas” na década de 1960, é na segunda metade da década de 1970 que vai ganhar corpo no meio acadêmico. Para evidenciá-lo, o balanço historiográfico de Cláudio Batalha cita 5 trabalhos. Entre

⁷ BARBOSA, Marilena Ramos. *O problema indigenista peruano na primeira metade do século XX*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978. Orientada por Arthur Cêzar Ferreira Reis.

⁸ DAMIANI, Stela Maria. *O índio na literatura peruana: José Maria Arguedas*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978. Orientada por Pedro Freire Ribeiro.

⁹ GARCIA, Ledonias. *Sociedade e educação na Bolívia Liberal (1899-1920)*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978. Orientada por Francis Morton.

¹⁰ PEDROSA, Ulianov. *O problema indígena na Argentina na segunda metade do século XIX*. Dissertação de mestrado. UFF, 1979. Orientada por Arthur Cêzar Ferreira Reis.

¹¹ MONTEIRO, Adilson Pinto. *Argentina: economia e sociedade (1890/1922)*. Dissertação de Mestrado. UFF, 1978. Orientada por Francis Morton.

¹² KORTCHMAR, Nair Klinger. *A evolução política no Chile: seu significado (1879-1925)*. Dissertação de Mestrado. UFF, 1976. Orientada por Pedro Freire Ribeiro.

os historiadores, o principal deles é “Trabalho urbano e conflito social” (1976), de Bóris Fausto. Mas é apenas na década de 1980 que o tema ganhará maior expressão no meio acadêmico de uma forma geral e também entre os historiadores: nesse sentido contribuiu a mobilização sindical a partir de 1978, a diminuição da vigilância e da repressão nos meios universitários e a influência dos trabalhos de Thompson, Hobsbawm e outros¹³. As dissertações “O problema indigenista...”, “O índio na literatura...”, “Sociedade e educação...”, “O problema indígena na Argentina...”, “Argentina: economia...” e “A evolução política no Chile...”, ao mesmo tempo em que fazem parte do início de uma preocupação intelectual entre historiadores brasileiros, contribuem limitadamente à historiografia: voltadas a outros países da América, com limites de acesso à documentação que não seja a oficial e publicada, não trazem contribuições empíricas relevantes (o que seria uma das principais marcas da historiografia brasileira que passou a se dedicar ao tema), nem procuram fazer referências à situação brasileira, e tampouco contribuem teórica e metodologicamente para a discussão.

É diferente a situação de “A rebeldia negra em Campos na última década da escravidão”¹⁴, de Lana Lage; e “Ação e reação na província do Pará: o conflito político-social de 1823”¹⁵, de Geraldo Coelho. Voltando o olhar para grupos subalternos, estes estudos têm investimento conceitual e exploração empírica original. “A rebeldia...” aborda a violência sobre a população negra, suas várias formas de resistência, sua consciência política, e sua condição desfavorável também no pós-abolicionismo. “Ação e reação...” é sobre uma revolta no século XIX, que, conquanto critique o marxismo por supô-lo um modelo não apropriado para sociedades não europeias, e rejeite o conceito de “classe” para a realidade que aborda, é um estudo sobre conflito social que identifica na história os dominados e os dominantes e enfatiza seu contraponto a uma história oficial favorável aos poderosos da região e desqualificadora dos movimentos populares.

Em outros estudos a luta de classes é abordada a partir da classe dominante. “Coronéis sem patente: a modernização conservadora no sertão pernambucano”¹⁶, de Tereza Serejo, aborda, dentre muitos assuntos, vários aspectos do domínio (eleitoral, patronal, econômico) de coronéis sobre a população de Petrolina. Mesmo tendo como foco de seu estudo os coronéis, a autora deste trabalho não deixa de nos apresentar a classe trabalhadora da região: seus locais de labuta, suas relações de trabalho, sua capacidade de agência política, suas rendas e posses, etc.. Elementos da luta de classes também são explorados em “O cancro roedor do Império do Brasil. Barões do café e crise da estrutura escravista no Rio de Janeiro. Um estudo de caso: o ramo

¹³ BATALHA, Claudio. “A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências” IN: FREITAS, Marcos Cezar (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo, Contexto, 2001.

¹⁴ LIMA, Lana Lage da Gama. *A rebeldia negra em Campos na última década da escravidão*. Dissertação de Mestrado. UFF, 1978. Orientada por Ismênia Martins.

¹⁵ COELHO, Geraldo Martins. *Ação e reação na província do Pará: o conflito político-social de 1823*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978. Orientada por Arthur César Ferreira Reis.

¹⁶ SEREJO, Tereza Cirstina Leal de. *Coronéis sem patente: a modernização conservadora no sertão pernambucano*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Francisco Falcon.

Peixoto de Lacerda Werneck, 1850-1900”¹⁷, de Eduardo da Silva, que, tendo como foco o pensamento e a ação de uma família oligárquica, observa sua relação com os escravos de sua fazenda e a escravidão de forma geral, contratos e relações com a mão de obra imigrante e projetos de educação para trabalhadores. Em “O movimento católico leigo no Brasil (as relações entre Igreja e Estado – 1930/1937)”¹⁸, de Berenice Cavalcante Brandão, temos um estudo da atuação católica sobre os operários e sua ligação com a burguesia, Vargas e a defesa do capitalismo de uma forma geral. Neste trabalho, a classe operária aparece principalmente como objeto da ação política da Igreja, tanto ideológica quanto organizativamente. “A oligarquia açucareira e a crise: Sergipe 1855-1890”¹⁹, de Lenalda Santos, se dedica a estratégias da oligarquia latifundiária do Sergipe “para assegurar a continuidade de seu poder de grupo dominante...” (política de mão-de-obra, atividades financeiras, repressão) diante de vários elementos de sua crise. Com menor ênfase nos aspectos da luta e da dominação, temos mais três trabalhos: “O sistema de cristandade colonial. O reino de Deus rebaixado a Colônia”²⁰, de Francisco Gomes, estuda a igreja católica e sua religiosidade em suas relações com interesses econômicos e estatais, considerando séculos de sua história. O estudo “Isto é o que me parece. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira: a conjuntura de 1871 a 1877”²¹, de Werneck da Silva, mostra a posição da oligarquia rural brasileira articulada na Sociedade Brasileira da Indústria Nacional sobre diversos assuntos do Brasil do século XIX. Por sua vez, “O clero secular em Minas Gerais (1745-1792). Sua participação na Conjuração de 1789”²², de Valdir Calixto, caracteriza a igreja católica como proprietária e, portanto, parte da classe dominante.

Há outras duas dissertações as quais não cabe agrupar com outras: “Os donos da terra: um estudo sobre a estrutura fundiária no Vale do Paraíba fluminense (século

¹⁷ SILVA, Eduardo da. “*O cancro roedor do Império do Brasil: Barões do café e crise da estrutura escravista no Rio de Janeiro. Um estudo de caso: o ramo Peixoto de Lacerda Werneck, 1850-1900*”. Dissertação de Mestrado. UFF, 1979. Orientada por Victor Valla.

¹⁸ BRANDÃO, Berenice Cavalcante. “*O movimento católico leigo no Brasil (as relações entre Igreja e Estado – 1930/1937)*” Dissertação de Mestrado. UFF, 1975. 157p. Orientado por Arthur Cezar Ferreira Reis.

¹⁹ SANTOS, Lenalda Andrade. *A oligarquia açucareira e a crise: Sergipe 1855-1890*. Dissertação de mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Victor Vincent Valla.

²⁰ GOMES, Francisco José da Silva. *O sistema de cristandade colonial. O reino de Deus rebaixado a Colônia*. Dissertação de mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Victor Vincent Valla.

²¹ SILVA, José Luiz Werneck da. “*Isto é o que me parece. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira: a conjuntura de 1871 a 1877*” Dissertação de mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Victor Vincent Valla.

²² CALIXTO, Valdir de Oliveira. *O clero secular em Minas Gerais (1745-1792)*. Sua participação na Conjuração de 1789. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Arthur Cezar Ferreira Reis.

XIX)”²³, de Celia Muniz, tem como principal objetivo conhecer a estrutura fundiária na região. Anota conflitos entre pequenos e grandes proprietários em relação à terra fazendo uso de fontes cartoriais e judiciais. “O Tribunal de Segurança Nacional (1936-1945)”²⁴, de Reynaldo de Campos, estuda o caráter autoritário e repressivo dessa instituição principalmente contra comunistas, sem trabalhar propriamente com o conceito de classes.

b) ideias e classes sociais

A segunda reflexão que destacamos é aquela que associa ideias a classes sociais. Isso está em “A educação brasileira no Estado Novo (1937/1945)”²⁵, de Marinete dos Santos Silva, que, fazendo referência ao conceito de “aparelho ideológico” de Althusser, aborda a educação como ideologia, destacando seu papel para a reprodução das pessoas em certa relação de produção e sua sujeição à ideologia dominante (no caso, marcada pela ditadura do Estado Novo). Outro exemplo é “A ideia de nação e o pensamento nacionalista na imprensa da Corte 1840-1860”²⁶, de Heloísa Fesch Menandro, para quem o nacionalismo tem conexões classistas, sendo assim expresso diferentemente pela camada dominante e pela camada não privilegiada de acordo com seus diferentes interesses sociais. É notável que a problemática trabalhada por essa última encontra semelhança no pensamento de Gramsci, que não lhe era conhecido. Em “Imprensa republicana antes do 15 de novembro (introdução ao estudo de suas formas e conteúdo ideológico)”²⁷, de Maria de Nazareth Capiberibe Azevedo, mais um estudo de história política que de história das ideias, há o entendimento de que as divergências no interior do republicanismo refletem as diferenças de classes sociais que se expressavam nos periódicos, onde classe média urbana e proprietários rurais divergem sobre a abolição.

c) modos de produção

A terceira reflexão é aquela que se debruça sobre modos de produção. Duas dissertações se destacam pelo engajamento nessa discussão. “O cancro roedor do Império do Brasil. Barões do café e crise da estrutura escravista no Rio de Janeiro. Um estudo de caso: o ramo Peixoto de Lacerda Werneck, 1850-1900”²⁸, de Eduardo

²³ MUNIZ, Celia. “*Os donos da terra: um estudo sobre a estrutura fundiária no Vale do Paraíba fluminense (século XIX)*”. Dissertação de mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Victor Vincent Valla.

²⁴ CAMPOS, Reynaldo Pompeu. *O Tribunal de Segurança Nacional: 1936-1945*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por José Honório Rodrigues.

²⁵ SILVA, Marinete dos Santos. *A educação brasileira no Estado Novo (1937/1945)*. Dissertação de Mestrado. UFF, 1976. 73p. Orientado por Arthur César Ferreira Reis.

²⁶ MENANDRO, Heloisa Fesch. *A ideia de nação e o pensamento nacionalista na imprensa da Corte 1840-1860*. Dissertação de Mestrado. UFF, 1978. Orientada por Ismênia Martins.

²⁷ AZEVEDO, Maria Nazareth Capiberibe. *Imprensa republicana antes de 15 de novembro (Introdução ao estudo de suas formas e conteúdo ideológico)*. Dissertação de mestrado. UFF, 1976. 127p. Orientado por Arthur César Ferreira Reis.

²⁸ SILVA, Eduardo da. “*O cancro roedor do Império do Brasil. Barões do café e crise da estrutura escravista no Rio de Janeiro. Um estudo de caso: o ramo Peixoto de Lacerda Werneck, 1850-1900*”. Dissertação de Mestrado. UFF, 1979. Orientada por Victor Valla.

da Silva, tem como preocupação principal norteadora da pesquisa a crise do escravismo e a transição para o capitalismo. Em um capítulo teórico critica os que vêem os modos de produção sob uma perspectiva etapista (esse seria o caso de Sodré), bem como os que destacam o caráter feudal do passado brasileiro. Silva defende então uma perspectiva não eurocêntrica, ou seja, o escravismo colonial como formação específica, tendo como base para sua reflexão escritos de Ciro Cardoso. Ressalta se tratar de uma economia dependente, escravista, inserida no mercado internacional capitalista.

A outra dissertação que se dedica à temática é “Atividades capitalistas em sociedade escravista. Estudo de um caso: A Companhia da Estrada de Ferro de D. Pedro II de 1855 a 1865.”²⁹, de Almir Chaiban El-Kareh, que tem como centro de sua análise o funcionamento de uma empresa ferroviária no século XIX, e pensa teoricamente a situação de um Estado escravista ter se engajado em um empreendimento capitalista de grande porte. Para o autor, isto resulta do escravismo, subordinado ao capitalismo internacional, desenvolver um capitalismo brasileiro subordinado.

O tema é bem menor em outras dissertações. “A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro”³⁰, de Marieta Ferreira, defenderá que um modo de produção deve ser determinado a partir da esfera da produção, e não da circulação, de onde se deve concluir que não houve no Brasil o modo de produção capitalista no momento que estuda, ou, como dirá em outro momento, as relações capitalistas no Brasil se encontravam muito limitadas. Dessa forma, a prática comissária não poderia significar subordinação do escravismo ao capitalismo. Assim como “Atividades capitalistas...” e “A crise dos comissários...”, “Os donos da terra...”, de Célia Muniz, entende que mais de um modo de produção pode existir em uma sociedade. A autora também rejeita a ideia de que o Brasil foi feudal.

A temática dos modos de produção ocupou papel pequeno nas dissertações sobre economia do curso, mas foi importante no pensamento da esquerda brasileira. Em especial, a reflexão sobre a transição de um pré-capitalismo ao capitalismo foi uma das principais questões teóricas da esquerda revolucionária entre 1950 e 1970. Era parte das elucubrações do PCB e tinha entres seus debatedores principais Ignácio Rangel, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr. e Celso Furtado (ainda que este não seja um marxista³¹). Estes três últimos constam numericamente entre as principais referências bibliográficas das dissertações, mas não estão no centro do debate sobre modo de produção. Essa posição é ocupada por Ciro Cardoso e seu conceito de

²⁹ EL-KAREH, Almir Chaiban. “*Atividades capitalistas em sociedade escravista. Estudo de um caso: A Companhia da Estrada de Ferro de D. Pedro II de 1855 a 1865.*”. Dissertação de Mestrado. UFF, 1976. 191p. Orientado por Arthur César Ferreira Reis.

³⁰ FERREIRA, Marieta de Moraes. *A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1977. Orientada por Ismênia Martins.

³¹ MANTEGA, Guido. “Marxismo na economia brasileira” IN: MORAES, João Quartim de. *História do marxismo no Brasil. Os influxos teóricos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

“modo de produção escravista colonial” (reivindicado por “Atividades capitalistas...”, “O cancro roedor...” e “Os donos da terra...”) que indicava as especificidades da América e o imbricamento entre capitalismo e escravismo. Em entrevista a nós, Almir Chaiban El-Kareh, autor de “Atividades capitalistas...”, diz que passou a conhecer o conceito de modo de produção através de contato epistolar com Ciro Cardoso (que estava entre a Europa e a América Central), ainda na década de 1960. Segundo El-Kareh, foi ele próprio quem introduziu essa discussão no Grande Rio³².

Quantidade e qualidade

Entre as décadas de 1930 e 1950, nos prestigiosos empreendimentos historiográficos da Companhia Editora Nacional (a Coleção Brasileira) e da Livraria José Olympio Editora (Coleção Documentos Brasileiros) “...as análises e interpretações da história e da realidade brasileiras formuladas sob o referencial da teoria marxista nunca encontraram lugar...”³³ Nas teses de História da USP, autores marxistas ocupam maior espaço na bibliografia apenas na década de 1970, segundo D'Alessio, enquanto autores dos *Annales* já figuravam na década anterior³⁴. Não temos maiores elementos quantitativos e demais informações para realizar com propriedade uma comparação entre o marxismo presente na UFF e aquele nas publicações editoriais e em outros programas de pós-graduação. De qualquer forma, sendo 22 as dissertações que enumeramos acima, num total de 51 que formam o nosso objeto, temos que autores e categorias do marxismo tem uma presença significativa como referências desses trabalhos.

Entretanto, é outra a caracterização realizada por Côrrea em seu estudo sobre o programa de pós-graduação em História da UFF, “De que lugares fala essa história? As matrizes teórico-metodológicas da produção discente do programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da UFF (1989-1996)”³⁵. Ainda que o objeto desta autora sejam dissertações de época bem posterior a que estudamos (1989-1996), ela lança a colocação de que “...verifica-se a forte presença dos referenciais marxistas em quase toda a produção, principalmente no período inicial (1974-1988)”³⁶. A autora entende que há um declínio dessa perspectiva até 1982, o que se teria se acentuado depois de 1988. Notamos, primeiramente, que estas avaliações da autora carecem de demonstrações empíricas que acompanhem a sua abrangência. O período a que elas se reportam, 1974-1982/88, corresponde a 139 trabalhos, e a dissertação de Côrrea em nenhum momento parece ter dado conta de número tão

³² Entrevista ao autor.

³³ FRANZINI, Fábio. “Interpretações do Brasil, marxismo e coleções brasileiras: quando a ausência diz muito (1931-1959)” In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.

³⁴ D'ALESSIO, Marcia. “Os *Annales* no Brasil. Algumas reflexões” In: *Anos 90*. Porto Alegre, 1994.

³⁵ CÔRREA, Maria Amelia Ayd. *De que lugares fala essa história? As matrizes teórico-metodológicas da produção discente do programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História da UFF (1989-1996)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Rio de Janeiro. UFRJ, 2001.

³⁶ Idem, p.66.

grande, com número pouco significativo de exemplos expostos no texto. Em segundo lugar, considerando as dissertações que são nosso objeto, observamos que são marxistas (ou “marxistas”) menos da metade – cifra distante portanto daquela que diz “*quase toda produção*”. Por fim, e nos arriscando em hipóteses para além do escopo de nossa pesquisa, não nos parece correta a suposição que entende a década de 1980 como de refluxo do marxismo. Se separarmos cronologicamente as dissertações por sua data de defesa, veremos que a perspectiva cresce significativamente com o passar do tempo na década de 1970: ficam mais frequentes as leituras que enfatizavam questões da opressão e da resistência, as menções a autores marxistas clássicos, seus conceitos, bem como maior a profundidade teórica com que eram tratados. A maior presença, em disciplinas e orientações, dos docentes Ismênia Martins e Victor Vincent Valla nos parece ter sido fundamental neste sentido.

Como mais um elemento que evidencia a influência docente sobre os rumos historiográficos das dissertações, temos que mudanças no quadro de professores a partir de 1979, período que não compreende nosso recorte, nos indicam que o marxismo teria sido mais estimulado a partir de então. Mesmo que seja temerário julgar dissertações apenas pelos seus títulos, não podemos deixar de notar que temos nos primeiros anos da década de 1980 um volume maior de estudos sobre “história do trabalho” e temas que valorizam o conflito social. Assim, salta aos olhos a diferença entre este momento e o que pesquisamos, a década de 1970, onde há muitos estudos sobre estadistas e suas querelas de curta duração, ou dinâmicas econômicas sem a consideração de classes sociais. Dessa forma, os dados parecem apontar que em Niterói o marxismo vai progressivamente ganhando força, sendo pelo menos a primeira metade da década de 1980 não o momento de seu declínio, mas de seu fortalecimento relativo. Trata-se, entretanto, de uma suposição que precisa ser trabalhada à luz de uma maior pesquisa.

Observemos agora as referências bibliográficas das dissertações que estudamos:

Tabela 1: Presença de autores marxistas clássicos nas bibliografias das dissertações.	
Karl Marx	8
Antonio Gramsci	5
José Carlos Mariátegui	5
Friedrich Engels	3
Louis Althusser	3
Rosa Luxemburgo	3
Georges Lukacs	2
Lenin	1
E. P. Thompson	0

Das oito dissertações que têm Marx na bibliografia, apenas uma delas se apoia no mestre alemão com maior densidade: o estudo de Lana Lage, “A rebeldia negra...”, pensa em relações de produção escravista e capitalista, e como aquela impõe limites à capacidade de agência política dos dominados. Sem a mesma centralidade, dois estudos mobilizam conceitos tendo por base Marx: “A crise dos comissários...”, que pensa modos-de-produção; e “Atividades capitalistas...”, que, debruçando-se sobre o mesmo assunto, faz uso de “subordinação formal do trabalho ao capital”. Nas demais dissertações que têm Marx em sua bibliografia, conceitos são trazidos de forma lateral e sem maiores desenvolvimentos: “capital constante”, “capital variável”, “ideologia” e “concreto pensado”: “Argentina: economia e sociedade”, “O clero secular...”, “Coronéis sem patente...”, “O sistema de cristandade...”, e “Isto é o que parece...”.

Quanto a Gramsci, o autor tem uma influência decisiva no estudo de Werneck da Silva sobre a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (“Isto é o que parece...”). O texto é permeado do léxico gramsciano, sendo as categorias mais importantes: “bloco histórico”, “intelectual orgânico” e “intelectual tradicional”. O autor compreende haver frações na classe dominante, e os aspectos coercitivo e ideológico de seu poder. “O sistema de cristandade...”, de Francisco Gomes, também é influenciada por Gramsci. Em sua conclusão, aponta que a Igreja Católica é intelectual orgânico que quer cimentar a hegemonia ideológica da classe dominante. Como o próprio autor da dissertação coloca, foi importante em seu estudo o “peso” da superestrutura (onde deve ser localizada a Igreja pelo seu caráter ideológico e simbólico na sociedade), sublinhado por Gramsci. Só em mais uma dissertação temos uma influência direta de Gramsci no texto: trata-se do texto de Sérgio El-Jaick (“O pensamento político...”) sobre Simón Bolívar. Apesar de se tratar de uma abordagem metodológica conservadora há uma citação do italiano, do livro “Introdução à filosofia da práxis”, publicação portuguesa de 1978 onde está colocado que não se deve estudar o pensamento político de uma personagem a partir de fragmentos, mas da obra como um todo. Vê-se que El-Jaick traz um elemento que não tem maior importância no pensamento de Gramsci, não fazendo parte da compreensão teórica com a qual o italiano contribuiu originalmente.

Por sua vez, o marxista latino-americano José Carlos Mariátegui figura no texto de apenas duas das cinco dissertações, onde consta como fonte de informação para a história peruana e com a indicação de que a raiz do problema indígena teria relação com a terra.

Ainda que consideremos que alguns mestrados tenham tido algum nível de autocensura precavendo-se de expor influências de esquerda em um momento ditatorial, o quadro numérico que apresentamos não sofreria grandes alterações. Considerando o universo de 51 dissertações que estudamos, concluímos que é pequeno o recurso a autores clássicos do marxismo, e muito menor ainda as dissertações que discutiram fundamentos, ou o fizeram para além de um nível superficial. Esse quadro não muda se considerarmos os autores que mais serviram como fontes para os estudos nas dissertações das três primeiras turmas.

Tabela 2: Autores mais presentes nas bibliografias das dissertações

Celso Furtado	25
Caio Prado Jr.	22
Fernando Henrique Cardoso	19
Nelson Werneck Sodré	15
Edgar Carone	14
Emília Viotti da Costa	13
Paula Beiguelman	13
Stanley Stein	12
Nícea Vilela Luz	12

A maior parte dos autores acima são ou marxistas ou tem em sua produção alguma influência do marxismo. Uma leitura apressada poderia ver no quadro uma evidência de uma forte presença do marxismo nos textos das dissertações. Entretanto, na nossa leitura das dissertações, identificamos que estes autores muitas vezes não têm nenhuma influência direta no texto. Quando aparecem citados ou em notas de rodapé, são utilizados principalmente como fontes de informação, sendo pouco comum a discussão de fundamentos de suas compreensões históricas. Em relação a Celso Furtado, destacamos que foi importante para o estudo “Argentina: economia e sociedade (1890-1921)”, considerando que a desigualdade social inibe os setores doméstico e exportador. No estudo de Lenalda Santos sobre oligarquia açucareira no Sergipe (“A oligarquia açucareira...”), ele fornece um entendimento para o quadro colonial, e no estudo de Coelho sobre o Pará (“Ação e reação...”), indica conservadorismo da estrutura social no Império. Na maior parte dos estudos, entretanto, Furtado nem mesmo contribui direta ou explicitamente nos textos. Nesse sentido, Ciro Cardoso, que foi fonte para apenas 7 trabalhos, foi uma influência mais decisiva através de sua discussão sobre modos de produção. O colocado para Celso Furtado vale para os demais autores da lista. Considerando os três principais autores enumerados, diríamos que, em síntese, suas contribuições são de uma noção difusa de exploração ou submissão econômica do Brasil a Portugal e Inglaterra, marcada pela monocultura exportadora e pela importação de capitais e produtos industrializados. Trata-se do fornecimento de uma chave importante de compreensão histórica, mas que foi mobilizada, salvo poucas exceções, sem maiores diálogos.

Conclusão

Podemos sumarizar a conclusão de nosso artigo da seguinte forma: o marxismo tem uma presença importante nas 51 dissertações das três primeiras turmas do curso de Mestrado em História da UFF. Está longe, entretanto, de ter dominado o conjunto da produção – vimos que figurou em menos da metade dos trabalhos. Seu desenvolvimento teórico, com exceções, foi também bastante limitado. Numericamente, teve relevância indicando a abordagem histórica a partir de classes sociais e seus conflitos. Com menor monta, engendrou reflexão sobre modo de produção e ideologia.

Devem ser questionadas assim as leituras (de contemporâneos ou da historiografia) que supõem ter sido o marxismo dominante no curso. Os depoimentos que colhemos mostram impressões contraditórias sobre a proporção dessa influência intelectual. A nossa análise vai ao encontro do que colocaram Almir El-Kareh e Francisco Falcon: o marxismo não teria prevalecido no mestrado e o que haveria eram visões “genericamente marxistas”³⁷. É importante, contudo, a ressalva de que o que foi registrado nas dissertações não condensa tudo o que pensavam e liam aqueles novos historiadores de Niterói. A partir de dados colhidos em entrevistas, podemos supor que alguns mestrandos se identificavam como marxistas sem que, entretanto, essa perspectiva fosse desenvolvida nos textos de suas pesquisas. As razões para tal podem ser apenas especuladas: algum nível de autocensura considerando o contexto ditatorial, mas, principalmente, o não estímulo para suas perspectivas em orientações e disciplinas do mestrado - que significava naquele momento não uma mera continuação de suas formações, mas algo novo, posto que voltado para pesquisa (que não era uma preocupação das graduações fluminenses de então).

Artigo recebido em 27.8.2020

Aprovado em 30.9.2020

³⁷Entrevistas ao autor. Almir El-Kareh (fevereiro de 2015). Francisco Falcon 08/2013.